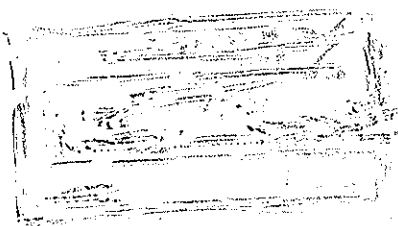


1193
12



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

**NO DOMÍNIO DA PROTEÇÃO DAS PLANTAS
E DA QUARENTENA VEGETAL**

ENTRE

**O GOVERNO
DA REPÚBLICA PORTUGUESA**

E

**O GOVERNO DA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA E POPULAR DA ARGÉLIA**

2/93
m

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Democrática e Popular da Argélia, doravante designados por "Partes",

Desejando reforçar as suas relações de cooperação no domínio da proteção das plantas e da quarentena vegetal;

Atentos à proteção recíproca das culturas dos respetivos países contra a eventual introdução de organismos nocivos através do comércio internacional de vegetais e produtos vegetais para consumo ou reprodução;

Atuando no quadro do respeito pelas normas fitossanitárias relativas ao comércio internacional de vegetais e produtos vegetais, em conformidade com os requisitos estabelecidos nos termos da Convenção Fitossanitária Internacional (IPPC);

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1.º DOMÍNIO DE COOPERAÇÃO

As duas Partes atuarão no sentido de promover e incentivar a cooperação em matéria de proteção das plantas e quarentena vegetal.

O presente Protocolo abrange os seguintes domínios de cooperação:

- **Troca de informações sobre:**
 - Regulamentos e normas fitossanitárias em vigor no território de cada Parte relativos à exportação, importação e trânsito de vegetais e produtos vegetais;
 - Alterações efetuadas por qualquer uma das Partes às listas de pragas regulamentadas e/ou às normas fitossanitárias;
 - Aparecimento de um novo organismo nocivo e medidas tomadas na zona afetada.
- **Troca de experiências e conhecimentos técnicos em matéria de proteção das plantas e quarentena vegetal, através de:**
 - Visitas de especialistas;
 - Realização de seminários técnicos, alternadamente em cada um dos dois países, sobre uma temática ou um domínio específico estabelecido de comum acordo.
- **Cooperação entre laboratórios em matéria de diagnóstico e controlo de produtos fitofarmacêuticos, materiais vegetais e produtos vegetais.**
 - Troca de informações sobre laboratórios de referência e controlo;
 - Procedimentos de diagnóstico e controlo de produtos fitofarmacêuticos, materiais vegetais e produtos vegetais;
 - Reforço da capacidade técnica dos laboratórios de análises.
- **Reforço e modernização do sistema de controlo fitossanitário:**

Apoio técnico a:

 - Desenvolvimento da modelização nos sistemas de controlo;
 - Introdução de novas tecnologias na extensão e na comunicação em matéria de transmissão de avisos agrícolas.

- **Desenvolvimento de métodos alternativos à luta química.**
- **Reforço da capacidade técnica: formação e aperfeiçoamento nas seguintes áreas:**
 - Técnicas de diagnóstico de organismos nocivos;
 - Pesticidas: análise e controlo; avaliação biológica;
 - Técnicas de modelização dos sistemas de controlo fitossanitário:

ARTIGO 2.º
AUTORIDADES COMPETENTES

As autoridades responsáveis pela aplicação do presente Protocolo são, para o Governo da República Democrática e Popular da Argélia, os Serviços Fitossanitários do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e, para o Governo da República Portuguesa, a Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária do Ministério da Agricultura e do Mar.

ARTIGO 3.º
APLICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

As duas Partes estabelecem um plano de ação, com base num acordo mútuo, para a aplicação das ações identificadas nas diversas áreas de cooperação.

Se necessário, serão organizadas reuniões entre as duas Partes para acompanhar o andamento do programa de cooperação e resolver quaisquer problemas que possam surgir durante a aplicação do presente Protocolo.

ARTIGO 4.º
FINANCIAMENTO

O Protocolo de cooperação não implica um compromisso de transferência de fundos entre os Partes nem qualquer outra atividade onerosa, dependendo exclusivamente das disponibilidades orçamentais de cada uma das Partes.

ARTIGO 5.º
CONDIÇÃO DE APLICAÇÃO

As disposições do presente Protocolo em nada afetam os direitos e as obrigações decorrentes de outros acordos celebrados por qualquer das Partes com outros países ou organizações internacionais e/ou regionais para a proteção das plantas e a quarentena vegetal.

4/13
M

ARTIGO 6.º
RESOLUÇÃO DE DIFERENDOS

Qualquer litígio relativo à interpretação ou aplicação do presente Protocolo será dirimido através de negociação entre as Partes.

ARTIGO 7.º
DISPOSIÇÕES FINAIS

Para a Parte argelina, o presente Protocolo de cooperação entrará em vigor a partir da data da última notificação, por via diplomática, pela qual, se informa a Parte portuguesa do cumprimento dos procedimentos jurídicos internos requeridos para este efeito. Para a Parte portuguesa, o presente Protocolo de cooperação produz efeitos à data da sua assinatura. Será válido por um período de cinco (5) anos, e renovável tacitamente por iguais períodos, salvo se uma das Partes notificar a sua intenção de o denunciar, por escrito e por via diplomática, com pelo menos três (03) meses antes da data do termo da sua vigência.

Qualquer alteração ou emenda efetua-se, por consentimento mútuo, pela via diplomática. Estas alterações ou emendas produzirão efeitos nos mesmos termos que os previstos para a produção de efeitos do presente Protocolo de cooperação.

A denúncia do presente Protocolo de cooperação não afetará a realização das atividades de cooperação iniciadas durante o seu período de validade.

Feito em Argel, a 28 de Novembro de 2013, em dois exemplares originais, em árabe, francês e português, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em francês.

Pelo Governo
da República Portuguesa

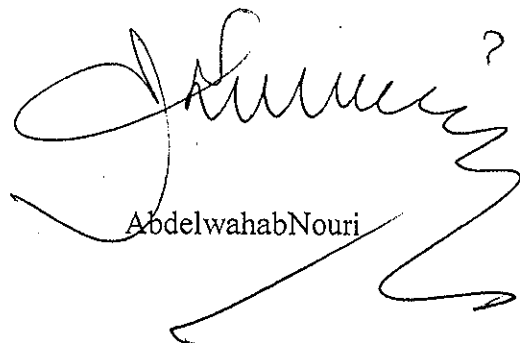
A Ministra da Agricultura e do Mar



Assunção Cristas

Pelo Governo
da República Democrática e Popular da Argélia

O Ministro da Agricultura e do
Desenvolvimento Rural



Abdelwahab Nouri

5/13
m

PROTOCOLE DE COOPERATION

**DANS LE DOMAINE DE LA PROTECTION DES PLANTES
ET DE LA QUARANTAINE VEGETALE**

ENTRE

LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE PORTUGAISE

ET

**LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE
ALGERIENNE DEMOCRATIQUE ET POPULAIRE**

6/93
M

LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE PORTUGAISE

ET

**LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE
ALGERIENNE DEMOCRATIQUE ET POPULAIRE**

Ci après désignées « les Parties »

Désireux de renforcer les relations de coopération dans le domaine de la protection des plantes et de la quarantaine végétale ;

Soucieux de protéger réciproquement les cultures de leurs pays contre les organismes nuisibles susceptibles d'être introduits avec le commerce international de végétaux et de produits végétaux destinés à la consommation ou à la reproduction ;

Opérant dans le cadre du respect des normes phytosanitaires en rapport avec le commerce international de végétaux et de produits végétaux, conformément aux exigences édictées par la Convention Internationale pour la Protection des Végétaux (CIPV) ;

Sont convenues des dispositions suivantes :

**ARTICLE PREMIER
DOMAINE DE COOPERATION**

Les deux Parties œuvreront de manière à promouvoir et à encourager la coopération dans le domaine de la protection des plantes et de quarantaine végétale.

Ce protocole de coopération couvrira les domaines de coopération suivants :

- **Echange d'informations sur :**
 - Les règlements et les prescriptions phytosanitaires en vigueur dans les territoires des deux Parties relatifs à l'exportation, à l'importation et au transit de végétaux ou de produits végétaux ;
 - Les changements apportés par l'une ou l'autre Partie aux listes d'organismes nuisibles réglementés et/ou prescriptions phytosanitaires ;
 - L'apparition de tout nouvel organisme et les mesures prises dans la zone affectée.
- **Echange d'expérience et de connaissance technique dans le domaine de la protection des plantes et de la quarantaine végétale à travers :**
 - Des visites d'experts ;
 - La tenue des séminaires et / ou ateliers techniques à tour de rôle dans chacune des deux Parties sur une thématique ou un domaine spécifique arrêté d'un commun accord.

- **Coopération Inter – Laboratoires dans le domaine de diagnostics et de contrôles des produits phytosanitaires, du matériel végétal et des produits végétaux.**
 - L'échange d'informations sur les laboratoires de référence et de contrôle ;
 - Les procédures de diagnostics et de contrôle des produits phytosanitaires, du matériel végétal et des produits végétaux ;
 - Renforcement des capacités techniques des laboratoires d'analyses.
- **Renforcement et modernisation du système de veille phytosanitaire :**
Un appui technique pour :
 - Le développement de la modélisation dans les systèmes de veille ;
 - L'introduction de nouvelles technologies dans la vulgarisation et la communication dans la transmission des avertissements agricole.
- **Développement de méthodes de lutte alternative à la lutte chimique.**
- **Renforcement des capacités techniques : formation et le perfectionnement dans les domaines suivants :**
 - Les techniques des diagnostics des organismes nuisibles ;
 - Les pesticides : analyses et contrôle évaluation biologique ;
 - Les techniques de modélisation des systèmes de veille phytosanitaire :

**ARTICLE 2
AUTORITES COMPETENTES**

Les autorités responsables de l'application du présent protocole sont pour le Gouvernement de la République Algérienne Démocratique et Populaire, les Services phytosanitaires du Ministère de l'Agriculture et du Développement Rural et pour le Gouvernement de la République Portugaise, la Direction Générale de l'alimentation et vétérinaire du Ministère de l'Agriculture et de la Mer.

**ARTICLE 3
MISE EN ŒUVRE ET SUIVI**

Un plan d'actions est établi entre les deux Parties sur la base d'un accord mutuel pour la mise en œuvre des actions retenues dans les différents domaines de coopération.

En cas de besoin, des réunions sont organisées entre les deux Parties pour suivre l'état d'avancement du programme de coopération et résoudre les éventuels problèmes qui peuvent survenir lors de l'exécution du présent Protocole.

**ARTICLE 4
COUTS FINANCIERS**

Ce Protocole de coopération n'implique pas l'engagement de transférer des fonds entre les Parties ou toute autre activité coûteuse, dépendant exclusivement des disponibilités budgétaires de chacune des Parties, conformément à leurs réglementations respectives en vigueur.

**ARTICLE 5
CONDITION D'APPLICATION**

Les dispositions du présent Protocole de coopération n'affectent en aucun cas les droits et les obligations résultant d'autres accords conclus par l'une ou l'autre Partie avec d'autres pays ou organisations internationales et/ou régionales relatifs à la protection des plantes et de la quarantaine végétale.

2/13
14

**ARTICLE 6
REGLEMENT DES DIFFERENDS**

Tout différend concernant l'interprétation ou l'exécution du présent Protocole de coopération, sera réglé par négociations directes entre les deux Parties, par voie diplomatique.

**ARTICLE 7
DISPOSITIONS FINALES**

Pour la Partie algérienne, le présent Protocole de coopération entrera en vigueur à compter de la date de la dernière notification par voie diplomatique, par laquelle, elle informe la Partie portugaise de l'accomplissement des procédures juridiques internes requises à cet effet. Pour la partie portugaise, le présent Protocole de coopération produit effet à la date de sa signature. Il restera valable pour une période de cinq (5) années, renouvelable par tacite reconduction pour une période similaire, à moins que l'une des Parties ne notifie à l'autre, son attention de le dénoncer, par voie diplomatique, trois (3) mois avant sa date d'expiration.

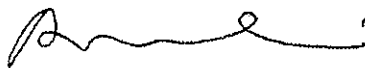
Tout amendement ou modification s'effectue, par consentement mutuel, par voie diplomatique. Ces amendements ou modifications entreront en vigueur selon les mêmes formes que celles prévues pour l'entrée en vigueur de ce Protocole de coopération.

La dénonciation du présent Protocole de coopération n'affectera pas l'achèvement des activités de coopération entamées durant sa période de validité.

Fait à Alger, le 28 de novembre 2013 en deux exemplaires originaux, en langues arabe, portugaise et française, tous les textes faisant également foi. En cas de divergence d'interprétation, le texte en langue française prévaudra.

**Pour le Gouvernement
de la République Portugaise**

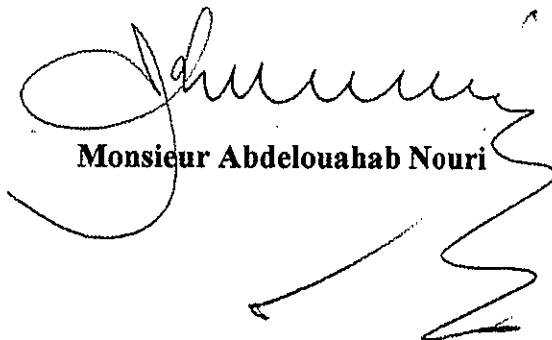
**la Ministre de l'Agriculture et
de la Mer**



Madame Assunção Cristas

**Pour le Gouvernement de la République
Algérienne Démocratique et Populaire,**

**le Ministre de l'Agriculture
et du Développement Rural**



Monsieur Abdelouahab Nouri

9/13
27

برتوكول تعاون في مجال حماية النباتات و الحجر النباتي

بين

حكومة الجمهورية البرتغالية

و

حكومة الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية

إن حكومة الجمهورية البرتغالية

و

حكومة الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية

المشار إليهما فيما يلي بـ "الطرفين"

- رغبة منهما في تعزيز علاقات التعاون في مجالي حماية النباتات و الحجر النباتي؛
- حرصا منهما على توفير الحماية المتبادلة للمحاصيل الزراعية و الثروات النباتية لبلديهما ضد الأجسام الضارة التي يمكن أن تنتسب من خلال التجارة الدولية للنباتات و المنتجات النباتية الموجهة للاستهلاك أو للتكاثر؛
- وعملا منهما في إطار احترام معايير الصحة النباتية المطبقة بالتجارة الدولية للنباتات و المنتجات النباتية، طبقا للمتطلبات التي تملها الاتفاقية الدولية لوقاية النباتات (CIPV)؛

اتفقتا على الأحكام التالية:

المادة الأولى

مجال التعاون

يعمل الطرفان على دعم و تشجيع التعاون في مجال حماية النباتات و الحجر النباتي .

يشمل برتوكول التعاون هذا مجالات التعاون التالية:

- تبادل المعلومات حول :
 - التنظيمات و مواصفات الصحة النباتية السارية المفعول في إقليم كلا الطرفين و الخاصة بالتصدير، الاستيراد و عبور النباتات أو المنتجات النباتية،
 - التغييرات التي يحدثها أحد الطرفين على قوائم الأجسام الضارة المنظمة و/أو على مواصفات الصحة النباتية،
 - ظهور أي جسم جديد و التدابير المتخذة في المنطقة المتضررة.

- تبادل الخبرات و المعرفة التقنية في مجال حماية النباتات الحجر النباتي من خلال:
 - زيارات الخبراء;
 - عقد أيام دراسية و /أو ورشات بالتناوب لدى كل من الطرفين حول موضوع أو مجال معين يحدد باتفاق مشترك.

- التعاون ما بين المخابر في مجال تشخيص و مراقبة منتجات الصحة النباتية، و العتاد النباتي و المنتجات النباتية.
 - تبادل المعلومات حول المخابر المرجعية و مخابر المراقبة،
 - إجراءات لتشخيص و مراقبة الصحة النباتية و العتاد النباتي و المنتجات النباتية،
 - تعزيز القدرات التقنية لمخابر التحاليل.

- تعزيز و تحديث نظام مراقبة الصحة النباتية :
 - دعم تقني لـ :
 - تطوير التصميم في أنظمة المراقبة ،
 - إدخال تكنولوجيات جديدة في الإرشاد و الإعلام في مجال إرسال التحذيرات الزراعية.

- تطوير أساليب المكافحة البديلة للمكافحة الكيميائية
- تدعيم القدرات التقنية : التكوين و تحسين المستوى في المجالات التالية :
 - تقنيات التشخيص للأجسام الضارة،
 - المبيدات الحشرية : إجراء التحاليل، و مراقبة التقييم البيولوجي للمبيدات ذات الاستعمال الفلاحي،
 - تقنيات تصميم أنظمة مراقبة الصحة النباتية.

المادة 2

السلطات المختصة

السلطات المسؤولة عن تطبيق هذا البروتوكول هما بالنسبة لحكومة الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية مصالح الصحة النباتية لوزارة الفلاحة و التنمية الريفية و بالنسبة لحكومة الجمهورية البرتغالية، المديرية العامة للتغذية و البيطرة لوزارة الفلاحة و البحر.

المادة 3

التنفيذ و المتابعة

يقوم الطرفان بوضع خطة عمل على أساس اتفاق متبادل لتنفيذ النشاطات المبرمجة في مختلف مجالات التعاون.

عند الحاجة ، يتم تنظيم اجتماعات بين الطرفين ، لمتابعة وتيرة سير برنامج التعاون وحل المشاكل المحتمل وقوعها أثناء تنفيذ هذا البروتوكول.

المادة 4

التكاليف المالية

لا يتضمن بروتوكول التعاون الالتزام بتحويل الأموال بين الطرفين أو أي نشاط آخر مكلف الذي يتوقف حصريا على الميزانية المتاحة لكل من الطرفين كما يجب أن تتمثل للقوانين العضوية و كذا للقانون الداخلي المطبقين في كلا البلدين.

المادة 5

شروط التطبيق

لا تؤثر أحكام البروتوكول التعاون هذا، في أي حال من الأحوال، على الحقوق و الالتزامات الناجمة عن اتفاقيات أخرى مبرمة من قبل أي من الطرفين مع بلدان أخرى أو منظمات دولية و/أو إقليمية تتعلق بحماية النباتات و الحجر النباتي.

المادة 6

تسوية الخلافات

تتم تسوية أي خلاف بين الطرفين ناتج عن تفسير أو تنفيذ بروتوكول التعاون هذا عن طريق المفاوضات المباشرة بين الطرفين عبر القناة الدبلوماسية.

المادة 7 أحكام نهائية

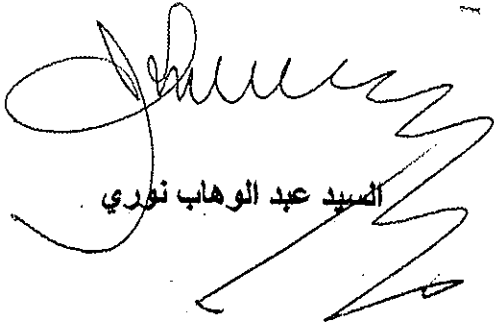
بالنسبة للطرف الجزائري، يدخل بروتوكول التعاون هذا حيز التنفيذ ابتداء من تاريخ آخر إشعار عبر القناة الدبلوماسية، يعلم من خلالها الطرف البرتغالي باستيفاء الإجراءات القانونية الداخلية المطلوبة بهذا الشأن. بالنسبة للطرف البرتغالي، فإن بروتوكول التعاون هذا يدخل حيز التنفيذ في تاريخ التوقيع عليها و يبقى ساري المفعول لمدة خمس سنوات، قابلة للتجديد ضمنا لمدة مماثلة، ما لم يخطر أحد الطرفين، الطرف الآخر كتابيا و عبر القناة الدبلوماسية بنيته في إنهائه، على الأقل ثلاثة (03) أشهر قبل انقضاء فترة سريانه.

يمكن تعديل بروتوكول التعاون هذا، في أي وقت، بالاتفاق المشترك بين الطرفين، عبر القناة الدبلوماسية. و تدخل هذه التعديلات حيز التنفيذ باتخاذ نفس الإجراء المقرر لبروتوكول التعاون هذا. لا يؤثر إنهاء هذا البروتوكول على إتمام نشاطات التعاون التي شرع فيها أثناء فترة صلاحيته.

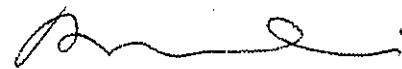
حرر بالجزائر في 28 نوفمبر 2013، في نسختين أصليتين؛ باللغات العربية، البرتغالية و الفرنسية وللنصوص الثلاثة نفس الحجية القانونية. في حالة الاختلاف في التفسير، يرجح النص باللغة الفرنسية.

عن حكومة الجمهورية الجزائرية
الديمقراطية الشعبية
وزير الفلاحة و التنمية الريفية

عن حكومة الجمهورية البرتغالية
وزيرة الفلاحة و البحر



السيد عبد الوهاب نوري



السيدة أسنتشاو كريستاس



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Arquivo Histórico - Diplomático

Fotocópia conforme o original.

Lisboa, 3 de Janeiro de 2014

O Director

Margarete Jazs

- 1) Constituído por 13 folios por mim numerados e rubricados.
Versões em línguas árabe, portuguesa e francesa.